



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 20 de fevereiro de 2025

Edição nº 1315

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ Subprocurador-Geral Judicial	VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY Subprocurador-Geral Recursal
EDUARDO TAVARES MENDES Corregedor-Geral do Ministério Público	MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA Ouvidor do Ministério Público	

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Dennis Lima Calheiros Marcos Barros Méro Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho Neide Maria Camelo da Silva	Walber José Valente de Lima Vicente Felix Correia Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Maria Marluce Caldas Bezerra Luiz José Gomes Vasconcelos Sandra Malta Prata Lima	Lean Antônio Ferreira de Araújo Eduardo Tavares Mendes Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos Silvana de Almeida Abreu

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Eduardo Tavares Mendes Valter José de Omena Acioly	Lean Antônio Ferreira de Araújo Maurício André Barros Pitta Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Marcos Barros Méro Isaac Sandes Dias

Procuradoria-Geral de Justiça

Atos

ATO PGJ Nº 9/2025

Altera o Ato PGJ nº 02/2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no exercício das atribuições legais e regimentais, ao considerar,

a necessidade atualizar as normas procedimentais de concessão de pagamento de diárias aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas,

o disposto no art. 59, inciso V, ambos da Lei Complementar Estadual nº. 15/96, na Resolução nº 58, de 20 de julho de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e no art. 63, da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991.

o prescrito pela Lei Complementar nº 64/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º. O art. 10, do Ato nº 02/2025, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10. A percepção de verba por acumulação de atribuições ministeriais não impedirá o pagamento de diárias para fazer face às despesas de alimentação, hospedagem e locomoção dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, observados os requisitos do art. 7º, §1º, I a VI.

§1º. Somente será concedida uma meia diária por semana ao membro que estiver acumulando atribuições ministeriais, salvo casos excepcionais resolvidos pela Procuradoria Geral de Justiça

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de fevereiro de 2025.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I

Diárias dos membros do Ministério Público

Em atividades fora do Estado de Alagoas

CATEGORIA	VALOR
Procurador de Justiça	1/40 do valor do subsídio de Procurador de Justiça
Promotor de Justiça de 3ª entrância	1/40 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 3ª entrância
Promotor de Justiça de 2ª entrância	1/40 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 2ª entrância
Promotor de Justiça de 1ª entrância	1/40 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 1ª entrância

Em atividades dentro do Estado de Alagoas

CATEGORIA	VALOR
Procurador de Justiça	1/55 do valor do subsídio de Procurador de Justiça
Promotor de Justiça de 3ª entrância	1/55 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 3ª entrância
Promotor de Justiça de 2ª entrância	1/55 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 2ª entrância
Promotor de Justiça de 1ª entrância	1/55 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 1ª entrância

ANEXO II

Diárias dos servidores do Ministério Público

Em atividades fora do Estado de Alagoas

CATEGORIA	VALOR
Diretores	1/40 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 1ª entrância
Demais servidores	Valor correspondente a 10% do subsídio de Analista do Ministério Público, Classe C, Nível I, PGJ C1

Em atividades dentro do Estado de Alagoas

CATEGORIA	VALOR
Diretores	1/55 do valor do subsídio de Promotor de Justiça de 1ª entrância
Demais servidores	Valor correspondente a 5% do subsídio de Analista do Ministério Público, Classe C, Nível I, PGJ C1